

A M E

CNPJ 43.896.505/0001-99

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.044.251,67	2.854.357,42	Fornecedores	3.210,00	5.060,19
Caixa e Bancos	160.241,64	98.456,01	Obrigações Fiscais	1.754,29	-
Aplicações Financeiras	2.884.010,03	2.755.901,41	Obrigações Sociais	36.615,25	4.539,59
DIREITOS REALIZÁVEIS	601.804,86	486.254,29	Obrigações Trabalhistas	129.557,10	95.343,22
Convênios a Receber	-	-	Provisões Férias e Encargos	162.587,13	171.448,04
Outros Créditos	128.598,35	87.790,89	Provisão para Rescisões - Convênios	473.206,51	398.463,40
Depósito para Contingências - Convênios	473.206,51	398.463,40	Fundos Receb. Antec. de Convênios	283.055,15	207.274,95
TOTAL DO CIRCULANTE	3.646.056,53	3.340.611,71	TOTAL DO CIRCULANTE	1.089.985,43	882.129,39
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	869.804,63	832.631,57	Bens de 3os. Em Comodato	5.021.479,40	5.253.207,68
Ações e Títulos	4.649,36	3.357,73	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	5.021.479,40	5.253.207,68
Depósitos Judiciais - INSS - CEBAS	865.155,27	829.273,84			
IMOBILIZADO	5.525.970,85	5.780.477,81	PATRIMÔNIO SOCIAL		
Terrenos e Edificações	94.443,10	94.443,10	Patrimônio Social	240.842,29	240.842,29
Máquinas e Equipamentos	179.667,63	174.420,45	Reserva de Superávit	3.578.000,23	3.463.177,31
Móveis, Utens. e Instal.	126.321,90	126.321,90	Superávit / Déficit do Exercício	111.983,16	114.822,92
Veículos	36.261,00	124.122,30			
Computadores e Periféricos	41.979,47	41.979,47	TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL	3.930.825,68	3.818.842,52
Benfeitoria Imóvel Próprio	105.980,39	105.980,39			
Benfeitoria Imóvel Terceiros	333.172,99	312.486,47			
Bens Recebidos em Comodato	5.793.207,00	5.793.207,00			
(-) Amortização Acumulada	-	859.644,38	-	617.330,64	
(-) Depreciação Acumulada	-	325.418,25	-	375.152,63	
INTANGÍVEL	458,50	458,50			
Marcas, Patentes e Software	51.807,35	51.807,35			
(-) Amortização Acumulada	-	51.348,85	-	51.348,85	
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.396.233,98	6.613.567,88			
TOTAL DO ATIVO	10.042.290,51	9.954.179,59	TOTAL DO PASSIVO	10.042.290,51	9.954.179,59

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

ARLETE LOPEZ GODINHO MEIRELES

Presidente

CPF 671.482.128-04

PATRÍCIA GIOVANNETTI MOTTA

Tesoureira

CPF 187.121.138-75

ADILSON LUIZÃO

CRC 1SP138349/O-1

CPF 073.752.568-10

A M E
CNPJ 43.896.505/0001-99

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

DESCRIÇÃO	2019			2018		
	Educação	Assist.Social	Total	Educação	Assist.Social	Total
RECEITAS SOCIAIS						
Mensalidades Sociais	1.676,50	5.029,50	6.706,00	1.882,75	5.648,25	7.531,00
CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES						
Empresas e Fundações	3.361,53	10.084,59	13.446,12	37.982,97	113.948,92	151.931,89
Pessoa Física	6.327,43	18.982,29	25.309,72	4.960,29	14.880,87	19.841,16
Eventos e Promoção Social	31.076,99	93.230,96	124.307,95	15.267,24	45.801,73	61.068,97
Nota Fiscal Paulista	46.572,24	139.716,72	186.288,96	54.143,57	162.430,70	216.574,27
Bazar						
Gratuidades Recebidas	23.589,91	70.769,72	94.359,63	25.021,72	75.065,16	100.086,88
CONVÊNIOS E AUXÍLIOS						
Secretaria de Desenvolvimento Social	148.860,00		148.860,00			
PMSP/SME - CEI	1.309.666,17		1.309.666,17	1.081.035,57		1.081.035,57
PNAE						
PMSP/SMADS - CCA	175.010,55	525.031,64	700.042,20	170.367,41	511.102,21	681.469,62
PMSP/SMADS/AF/SASF		688.008,48	688.008,48		648.247,30	648.247,30
Convenio CEI II / SME / PMSP	31.196,18	93.588,54	124.784,72			
Judiciário - Transações Penais	60.527,96	181.583,87	242.111,82	42.959,48	128.878,43	171.837,91
TOTAL DAS RECEITAS SOCIAIS	1.837.865,45	1.826.026,31	3.663.891,77	1.433.621,00	1.706.003,57	3.139.624,57
CUSTOS SOCIAIS						
Custo com Pessoal	- 878.179,89	- 901.211,32	- 1.779.391,21	- 790.447,77	- 866.338,28	- 1.656.786,05
Custo com Pessoal - Transações Penais	- 49.899,33	- 149.697,99	- 199.597,32	- 42.959,48	- 128.878,43	- 171.837,91
Encargos e Contrib.Sociais	- 171.027,09	- 124.845,11	- 295.872,20	- 84.749,75	- 123.195,10	- 207.944,85
Benefícios com Pessoal	- 33.011,28	- 35.613,43	- 68.624,70	- 25.984,31	- 24.504,26	- 50.488,57
Depreciações e Amortizações	- 12.178,10	- 36.534,28	- 48.712,38	- 12.323,02	- 36.969,04	- 49.292,06
Impostos e Taxas	- 698,57	- 2.095,71	- 2.794,28	- 93,61	- 280,84	- 374,45
Serviço de Profissional Externo	- 136.646,72	- 279.299,53	- 415.946,25	- 81.034,95	- 186.565,85	- 267.600,80
Utilidades e Serv.Gerais/Assist.	- 210.619,68	- 398.202,64	- 608.822,31	- 178.840,67	- 359.649,05	- 538.489,72
Manutenção, Conserv.e Limpeza	- 77.932,90	- 61.145,57	- 139.078,47	- 38.027,72	- 45.771,14	- 83.798,86
Outros Custos Sociais	- 80.039,67	- 149.563,52	- 229.603,18	- 41.397,85	- 124.420,87	- 165.818,72
TOTAL DOS CUSTOS SOCIAIS	- 1.650.233,21	- 2.138.209,09	- 3.788.442,30	- 1.295.859,13	- 1.896.572,86	- 3.192.431,99
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas Financeiras	43.513,06	130.539,18	174.052,25	45.133,51	135.400,51	180.534,02
Outras Receitas Contr Sociais	316,67	949,99	1.266,67			
Outras Receitas	18.750,00	56.250,00	75.000,00			
(-) Despesas Financ.	- 3.446,31	- 10.338,92	- 13.785,23	- 3.225,92	- 9.677,76	- 12.903,68
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	59.133,42	177.400,25	236.533,69	41.907,59	125.722,75	167.630,34
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	246.765,68	- 134.782,52	111.983,16	179.669,46	- 64.846,54	114.822,92

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

ARLETE LOPEZ GODINHO MEIRELES

Presidente
CPF 671.482.128-04

ADILSON LUIZÃO
CRC 1SP138349/O-1
CPF 073.752.568-10

PATRICIA GIOVANNETTI MOTTA

Tesoureira
CPF 187.121.138-75

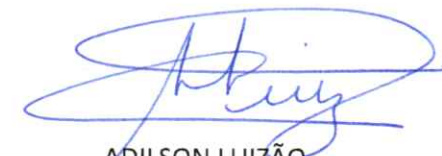
A M E

CNPJ 43.896.505/0001-99

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do período	111.983,16	114.822,92
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa		
Ganho na Alienação de Imobilizado	-	-
Atualização Monet. Do Realiz.a Longo Prazo	- 35.881,43	- 38.680,15
Atualização Monet. Investimentos	- 1.291,63	-
Depreciação e Amortização	48.712,38	49.292,06
Redução (aumento) do ativo		
Contas a Receber	- 115.550,57	- 112.646,40
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	- 1.850,19	- 2.940,01
Obrigações sociais e fiscais	68.043,83	- 29.830,69
Provisões de férias	- 8.860,91	- 5.271,80
Outras obrigações	75.780,20	100.518,16
Fundo de Reserva	74.743,11	128.494,70
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	215.827,95	203.768,79
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento ou Redução do Realizável a Longo Prazo	-	-
Variação de ativo imobilizado	- 25.933,70	- 125.645,27
Aumento ou Redução de investimentos		
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	- 25.933,70	- 125.645,27
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Caixa e equivalentes no início do período	2.854.357,42	2.776.233,90
Caixa e equivalentes no final do período	3.044.251,67	2.854.357,42
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES	189.894,25	78.123,52
	- 0,00	-


ARLETE LOPEZ GODINHO MEIRELES
 Presidente
 CPF 671.482.128-04


ADILSON LUIZÃO
 CRC 1SP138349/O-1
 CPF 073.752.568-10


PATRICIA GIOVANNETTI MOTTA
 Tesoureira
 CPF 187.121.138-75

A M E
CNPJ 43.896.505/0001-99

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO	RESERVAS	SUPERÁVIT/	TOTAL ACUMULADO
	SOCIAL	SOCIAIS	DÉFICIT	
DE 2017	240.842,29	2.877.615,76	585.561,55	3.704.019,60

Ajuste de Exercícios Anteriores
Constituição de Reservas
585.561,55 - 585.561,55 0,00 0,00

SUPERÁVIT ACUMULADO

Superávit do Exercício
DE 2018 240.842,29 3.463.177,31 114.822,92 3.818.842,52

Ajuste de Exercícios Anteriores
Constituição de Reservas
114.822,92 114.822,92- 0,00 0,00

SUPERÁVIT ACUMULADO

Superávit do Exercício
DE 2019 240.842,29 3.578.000,23 111.983,16 3.930.825,68

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis


ARLETE LOPEZ GODINHO MEIRELES

Presidente
CPF 671.482.128-04


PATRICIA GIOVANNETTI MOTTA

Tesoureira
CPF 187.121.138-75


ADILSON LUIZÃO
CRC 1SP138349/O-1
CPF 073.752.568-10



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31/12/2019

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A “**AME**” é uma associação civil de direito privado, **sem fins lucrativos e de natureza filantrópica**, com seus atos constitutivos registrados no 4º. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS – Cartório Medeiros, sob o nº 59.333 Livro A-32, em 20 de novembro de 1973.

Conforme preceitua a Cláusula 4ª, do seu Estatuto Social:

“A Associação tem seus objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, favorecendo a integração do trinômio família-escola-comunidade, na obra comum da educação e assistência social/ou promoção humana, à pessoas excluídas de recursos técnicos e sócio-econômicos, que necessitem do processo de educação, orientação, profissionalização e acompanhamento para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, sem distinção de raça, idioma, cor, condição social, credo político, religioso ou de outra natureza para os doravante denominados “Assistidos”.”

A AME preenche os requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional e atende os requisitos do caput do artigo 12º. e seus parágrafos 2º., letras D, E, G, H e 3º. Da Lei 9.532 de 10/12/1997.

A AME não apresenta superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destina o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A AME destina seus serviços assistenciais à coletividade de modo geral, e em especial à população com renda familiar entre 0 (zero) e 4 (quatro) salários mínimos, sejam crianças, adolescentes, adultos, famílias e moradores da comunidade onde atua.

Os serviços oferecidos aos assistidos são totalmente gratuitos, sendo a manutenção de tais serviços, em forma de donativos de pessoas físicas, jurídicas e eventos, complementando os recursos advindos de convênios com órgãos públicos. Os serviços oferecidos e desenvolvidos neste exercício foram:



- a) – Centro de Educação Infantil, CEI-AME, para crianças de 02 a 03 anos, através de convênio mantido com a Secretaria Municipal de Educação – PMSP – DRE – Santo Amaro.
- b) – SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – CCA, para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, em convênio com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – PMSP e CRAS Jabaquara;
- c) – Centro de Acolhida Amor e Respeito com as ofertas: visitas domiciliares e doações diversas efetuadas, organização dos serviços voluntários e atendimento às famílias.
- d) – S.A.S.F.- Serviço de Assistência Social à Família em convênio com a SMADS-PMSP e o CRAS Jabaquara. O Programa Ação Família visou a articulação das famílias na comunidade e o encaminhamento na utilização de rede territorializada dos serviços existentes, bem como capacitação dos membros das famílias.
- e) – Centro de Educação Infantil, CEI-AME II, para crianças de 00 a 01 anos, através de convênio mantido com a Secretaria Municipal de Educação – PMSP – DRE – Santo Amaro. Alteração conforme Ata aprovada em Reunião Extraordinária de 09/09/2019

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Contábeis estão elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e demais disposições complementares. Em Consonância com a Resolução CFC 1.409/2012. São apresentadas de forma comparativa com o exercício anterior.

3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

A entidade adota em suas práticas contábeis critérios uniformes contidos na Resolução CFC 1.409/2012, Lei 6.404/76 e alterações advindas da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como em obediência às legislações do Conselho Nacional de Assistência Social cumpre as exigências estabelecidas



no Decreto 7.237/2010, bem como a Lei 9.732/98, que define o conceito de entidade beneficente de assistência social.

- a) As despesas e receitas estão sendo apropriadas pelo regime de competência, exceto contribuições espontâneas depositadas em contas bancárias sem previsão por parte da entidade.
- b) Classificam-se no Circulante, os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis com vencimentos no curso do exercício seguinte.
- c) As aplicações de liquidez imediata estão demonstradas ao custo de aquisição mais rendimentos auferidos até a data base do Balanço.
- d) Os bens imobilizados estão registrados ao valor do custo de aquisição. As depreciações dos bens do Ativo Imobilizado são calculadas com as seguintes taxas: Computadores e Periféricos 20%, Máquinas e Equipamentos e Móveis e Utensílios 10% e Veículos 20%.
- e) Passivo Circulante – são registrados por valores históricos contraídos vencíveis a curto prazo e atualizados monetariamente.
- f) Patrimônio Social – representa o patrimônio inicial da Entidade acrescido dos déficits/superávits e ajustes entre contas patrimoniais, apurados anualmente desde sua constituição.

4 – APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

A entidade mantém em suas aplicações de Liquidez Imediata com Restrições recursos recebidos através de convênios com a Prefeitura do Município de São Paulo. Abaixo apresentamos seus saldos em 31/12/2019.

Assinatura
[Assinatura]

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	31/12/2019	31/12/2018
Itaú 31.028-4 CI MAIS - AME	17.703,40	5.908,52
Brasil do Brasil 81.000-2 CP AUTOM - AME	296.297,96	238.950,68
Brasil do Brasil 81.000-1/0 CP AUTOM - CEI	200.375,21	164.825,56
Banco ItaúUniclass Premium	68.353,44	65.379,19
Banco do Brasil - CP 600 mil	1.788.410,73	1.835.125,32
Banco do Brasil - CP 600 M	0,00	69.341,35
Banco do Brasil - 41.573-1- CEI II	27.423,73	0,00
Sub-total	2.398.564,47	2.379.530,62
<u>POUPANÇA</u>		
Banco do Brasil 81.001-2 - CEI	1.647,62	1.551,87
Banco do Brasil 10.81.001-2 CEI VAR 51	103.033,62	65.106,56
Banco do Brasil 81.002-0 - CCA	35.731,24	33.655,42
Banco do Brasil 10.81.002-0 CCA VAR 51	129.497,21	104.523,35
Banco do Brasil 81.003-9 - SASF	84.175,20	79.285,06
Banco do Brasil 10.081.003-7 SASF VAR 51	110.419,81	92.200,62
Banco do Brasil 3567-X / 81006-1 - PNAE CEI	0,00	47,91
Banco Brasil 10.41.573-1 CEI II VAR 51	20.940,86	0,00
Sub-total	485.445,56	376.370,79
Total Geral	2.884.010,03	2.755.901,41

5 – IMOBILIZADO

Inclui os valores de bens tangíveis e intangíveis registrados no Plano de Gestão Administrativa e destinados a manutenção das atividades operacionais da Instituição.

Estava assim composto em 31/12/2019:

Assinatura

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
Terrenos e Edificações	94.443,10	94.443,10
Benfeitorias em Imóveis Próprios	105.980,39	105.980,39
Máquina Aparelhos e Equipamentos	179.667,63	174.420,45
Móveis e Utensílios e Instalações	126.321,90	126.321,90
Veículos	36.261,00	124.122,30
Computadores e Periféricos	41.979,47	41.979,47
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	333.172,99	312.486,47
Bens Recebidos em Comodato e Benfeitorias	5.793.207,00	5.793.207,00
VALOR ATUALIZADO	6.711.033,48	6.772.961,08
(-) Depreciação e Amortização Acumulada	1.185.062,63	992.483,27
VALOR RESIDUAL	5.525.970,85	5.780.477,81

a) Adições e Baixas do Imobilizado

DESCRIÇÃO	ADIÇÕES	BAIXAS
Social - Benf. ImoveisTerc-Administr	20.686,52	0,00
Social - Veículo e Utilitário	0,00	87.861,30
Total	20.686,52	87.861,30

A empresa baixou o item acima por venda e que o seu valor encontrava-se totalmente depreciado.

5.1 - Imóvel em Comodato

A Entidade, em 24 de setembro de 1991, por meio da Escritura de Concessão de Uso Processo PGE-76.086/81, firmado pela Fazenda do Estado de São Paulo, recebeu a concessão do imóvel sito a Rua Godofredo Braga, 215, por um período de 50 (cinquenta) anos.

A Entidade, desde a supracitada data, mantém este imóvel, utilizando-o para a consecução de seus objetivos sociais educacionais e de assistência social, mantendo sobre ele o controle, assumindo os riscos e benefícios da fruição.

Em vista das novas disposições contábeis advindas posteriormente ao início do período de Concessão, em especial ao pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 07, que trata de “Subvenção e Assistência Governamental”, em especial ao seu item 23, que abaixo reproduzimos:

Assinatura

5

Item 23 – A subvenção governamental pode estar representada por ativo não monetário, como terrenos e outros, para uso da entidade. Nessas circunstâncias, tanto esse ativo quanto a subvenção governamental devem ser reconhecidos pelo seu valor justo. Apenas na impossibilidade de verificação desse valor justo é que o ativo e a subvenção governamental podem ser registrados pelo valor nominal.

Desta forma, para atender ao novo dispositivo técnico acima, em 01 de setembro de 2016, a Entidade reconheceu o imóvel concedido em suas demonstrações contábeis. Adotou como valor para o bem o que foi definido pela regra, ou seja, “valor justo”, que foi obtido junto a Municipalidade, com a indicação do “Valor Venal”, que, na oportunidade, era-lhe atribuído o valor de R\$ 5.793.207,00.

O registro em seu ativo imobilizado teve como contrapartida contábil a receita diferida.

A partir daquele momento, 01/09/2016, a entidade vem amortizando tal valor, adotando o critério do período restante para o fim do prazo de comodato, em quotas constantes e mensais, o que resulta no valor mensal de amortização de R\$ 19.310,69.

Mensalmente a Entidade procede, também, ao reconhecimento da Receita Diferida na mesma proporção do reconhecimento da despesa de amortização.

Para as Demonstrações findas em 31/12/2019, os valores e respectivas contas contábeis envolvendo o bem em comodato são os seguintes:

Conta Contábil	Título		Valor (R\$)
1.5.5.12.003	Imóvel - Godofredo Braga n° 215	Ativo Imobilizado	5.793.207,00
1.5.5.12.004	(-) Amortização - Imóvel - Godofredo Braga n° 215	Redutora do Ativo Imobilizado	772.427,60
2.3.2.01.001	Imóvel - Godofredo Braga n° 215	Imóvel em Comodato no Passivo Não Circulante	5.793.207,00
2.3.2.01.002	(-) Imóvel - Godofredo Braga n° 215	Redutora do Passivo Não Circulante	772.427,60
4.1.2.22.001	Receita Comodato	Resultado - contrapartida do Passivo Não Circulante	231.728,28
4.1.2.22.002	Amortização Comodato	Despesa - contrapartida da amortização acumulada)	231.728,28



6 – DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

A Entidade recebe doações e contribuições de pessoas físicas, jurídicas e eventos. Nos exercícios de 2019 e 2018 a Entidade recebeu as seguintes doações:

DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	2019	2018
a) De Mantenedores Associados	6.706,00	7.531,00
b) De Pessoas Jurídicas	13.446,12	151.931,89
c) De Pessoas Físicas	25.309,72	19.841,16
d) Nota Fiscal Paulista - Créditos e Sorteios	186.288,96	216.574,27
f) Eventos e Promoção Social	124.307,95	61.068,97
g) Gratuidades Recebidas	94.359,63	100.086,88
TOTAL	450.418,38	557.034,17

7 – AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS COM O PODER PÚBLICO.

A Entidade firmou convênios e recebeu doações ou subvenções com os seguintes Órgãos do Poder Públicos, nos exercícios de 2019 e 2018.

AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS	2019	2018
PMSP / SME - CEI	1.309.666,17	1.081.035,57
PMSP / SMDAS - CCA	688.008,48	648.247,30
PMSP / SMDAS - AF / SASF - CRAF	700.042,20	681.469,62
Convenio CEI II / SME / PMSP	124.784,72	-
Judiciário - Transações Penais	242.111,82	171.837,91
TOTAL	3.064.613,39	2.582.590,40

Assinatura
7



8 – IMUNIDADE, ISENÇÃO, GRATUIDADE E APLICAÇÃO DE RECURSO EM OBRAS E PROGRAMAS SOCIAIS

Em face de seu caráter exclusivamente beneficente, filantrópico e assistencial, sem finalidade de lucro econômico, a entidade usufrui de imunidade para o Imposto de Renda – IRPJ sobre o Lucro, a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

De acordo com o estabelecido no Decreto 7.237/2010, estão a seguir apresentadas as Isenções e Imunidades usufruídas pela entidade:

BENEFÍCIOS COM IMUNIDADE E ISENÇÕES	2019	2018
Quota patronal do INSS	492.294,38	484.451,85
COFINS sobre o Faturamento	96.403,55	72.322,58
PIS sobre o Faturamento	20.887,40	15.669,91
IRPJ - Lucro Real	276.590,93	213.993,68
CSLL - Lucro Real	108.212,74	85.677,72
TOTAL	994.389,00	872.115,74

8.1 - Demonstrativo das Gratuidades

As gratuidades concedidas por meio das obras e programas de assistência social estão a seguir apresentadas:

ASSISTÊNCIA SOCIAL	2019	2018
GASTOS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.005.762,21	785.703,59
RECEITA TOTAL	231.750,80	395.878,32

Estão excluídas dos valores acima as receitas provenientes de convênios públicos bem como os respectivos gastos com recursos públicos.

Assinaturas manuscritas



Quadro Demonstrativo dos Serviços Prestados pela AME – ANO 2019

SERVIÇOS PRESTADOS	ATENDIMENTOS	FREQUÊNCIA MÉDIA MENSAL
C.E.I. AME® (CRECHE) em convênio com a Secretaria da Educação - PMSP.	38.920 Crianças	180
C.E.I. AME® II (CRECHE) em convênio com a Secretaria da Educação - PMSP.	2.112 Crianças	64
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - C.C.A. Centro para Crianças e Adolescentes CRAS - Jabaquara - PMSP.	36.363 Crianças/Adolescentes	180
S.A.S.F. – Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Básica no Domicílio, em convênio com CRAS – Jabaquara - PMSP.		
- Contatos com Famílias	25.900	955
- Reuniões realizadas	644	80
- Oficinas	1.402	155
- Palestras e Eventos	995	90
CENTRO DE ACOLHIDA AMOR E RESPEITO		
- Visitas Domiciliares	638	53
- Doações Diversas efetuadas	23.562	1.963
- Atendimentos Especializados	268	22
TOTAL GERAL:	130.804	3.742

8.2 – Renovação do Certificado CEBAS com Depósitos Judiciais.

A AME apresentou em 26/04/2012 o Pedido de Renovação de seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) perante o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Em 18/06/2012 recebeu o ofício nº 394/2012 – CGCEB/DRSP/SNAS/MDS informando que o seu pedido de RENOVAÇÃO de sua certificação, Processo 71.000.041567/2012-26 AME São Paulo, teria sido autuado como pedido de Concessão fosse. Fundamentada devido a ocorrência do vencimento do prazo para a solicitação da renovação da aludida certificação pela AME.

Assinatura



Convém frisar, no entanto, que mesmo durante todo o período entre o vencimento de sua certificação formal, que ocorreu em novembro de 2011 e a apresentação do pedido de renovação do CEBAS, em 26 de abril de 2012, ou seja, ao longo destes 5 (cinco) meses a AME sempre fez juz a todos os requisitos necessários à comprovação de sua situação como entidade beneficente.

E tanto é assim que o Poder Público, por meio do Ministério da Justiça e Prefeitura do Município de São Paulo, expediram documentos a partir dos quais constata que ora a Autora é entidade de utilidade Pública Federal, bem como é imune relativamente ao ISS, IPTU e ITBI, em função de suas atividades essenciais.

Conforme a Ação Declaratória n.0002589-22.2013.403.6100, em curso perante a 1ª. Vara Federal de São Paulo, foram realizados depósitos judiciais mensais do montante repassado pelos Convênios firmados com a municipalidade de São Paulo, a título das supostas contribuições sociais devidas, de janeiro de 2013 até a concessão da certificação. O montante foi atualizado monetariamente, conforme índices previstos pelo Tribunal, conforme constante no Balanço Patrimonial.

Outrossim, foi realizada Perícia Técnica na Ação Judicial, sendo que o Laudo Pericial apresentado nos autos, as folhas 326, declara: "Em resposta ao quinto quesito da Autora, e considerando (i) os requisitos inseridos nos dispositivos legais e (ii) nas informações constantes nas Demonstrações Contábeis indicados nas respostas ao segundo e terceiro quesitos; e (iii) nos Balancetes de Verificação de fls.227/306, o Perito informa que no período de novembro de 2011 a abril de 2012 a Autora manteve-se dentro dos limites analisados em face da presente prova pericial 'contábil', para o enquadramento como entidade beneficente de assistência social".

8.3 - Concessão de Certificação e Suspensão de Depósitos Judiciais

Em 31/07/17 foi publicada no Diário Oficial de União - Seção 1, página 145, a Portaria Nº 128, de 25/07/2017, em que consta o deferimento da **Concessão** de certificação da AME, em seu item 3. Esta certidão tem validade para o período de 31/07/2017 a 30/07/2020. Em face à certificação, as Secretárias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social e da Educação foram comunicadas sobre esta publicação, respectivamente em 10 e 11/08/17. Em 24/08/17, a Rayes & Fagundes Advogados Associados informou ao Exmo. Sr.



Dr. Relator Valdecir dos Santos (Auto nº 0002589-22.2013.4.03.6100) que AME "não irá mais realizar os dos depósitos judiciais a título das supostas contribuições devidas, uma vez que está regularmente amparada pelo Certificado CEBAS que passou a vigorar a partir de 31/07/17".

8.4 - Decisão Procedente

Em 08/11/2018 foi publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região (Publicações Judiciais I - TRF, Subsecretaria da 1ª Turma) o Expediente Processual 60122/2018, expressando o acolhimento dos embargos de declaração. A Rayes & Fagundes, em e-mail datado de 09/11/18, enviado pela Dra. Ana Cristina Maia Mazzaferro informou que a Fazenda Nacional já apresentou novo recurso e, portanto, seguirão acompanhando o caso.

Em e-mail de 15/03/2019 a Dra. Ana Cristina Maia da Rayes& Fagundes, replicou documento da Apelação Cível Nº 0002589-22.2013.4.03.6100/SP de 28/02/2019 em que consta o acórdão "decide a Egrégia Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte do presente julgado". Ainda há mais chances de Recursos pela Fazenda, e, portanto, seguirão acompanhando o caso.

Em 22/10/2019 foi requerida eletronicamente a renovação da Certificação CEBAS e o processo registrava em 31/12/2019 o status de "em análise".

9 - VOLUNTARIADO

Em conformidade com o item 19 do ITG 2002 (R1) – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS, que prevê que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, a entidade registrou na contabilidade este valor, que devidamente acrescido dos encargos de provisionamento de Férias e de 13º. Salário totalizou em 2019, R\$ 76.259,60 (Setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos).

Azuc Luna
11 *pt*



10 – SEGREGAÇÃO POR ATIVIDADES

Está previsto no item 10 do ITG 2002 (R1) – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS, a evidenciação, de forma segregada, do superávit ou déficit, por atividade.

A entidade atua em duas atividades: educação e assistência social. Neste exercício de 2019 os resultados de cada uma destas áreas constam analiticamente da Demonstração do Resultado do Exercício.

Procedemos à distribuição dos resultados, por atividade, da seguinte forma: alocação direta de receitas, custos e despesas identificadas diretamente com os projetos; distribuição, de acordo com o número de projetos de cada área, independentemente de haver, ou não, convênios firmados. Sendo que neste exercício o rateio não contemplou o CEI II, que passará a ser rateado no exercício seguinte.

Adicionalmente, também elaboramos a distribuição dos dados do Balanço Patrimonial, baseando-nos pelo mesmo critério:

Distribuição pelo número de projetos (4 - CEI/SASF/CCA/Centro de acolhida)

	EDUCAÇÃO	ASSIST. SOCIAL	TOTAL
Ativo	2.510.572,63	7.531.717,88	10.042.290,51
Passivo	1.527.866,21	4.583.598,62	6.111.464,83
Patrimônio Social	982.706,42	2.948.119,26	3.930.825,68

11 – PATRIMÔNIO SOCIAL

Está demonstrado pelos montantes dos superávits apurados, líquidos dos eventuais déficits, a valores históricos, que vêm sendo destinados integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade.

Assinatura
12



A entidade não concede remuneração, vantagens ou benefícios aos seus associados, membros da diretoria, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes, nem distribui resultados, lucros, bonificações, dividendos, participações ou parcela de seu patrimônio.

Em caso de dissolução ou extinção da entidade, o eventual patrimônio social remanescente será destinado à instituição congênere ou a outra entidade pública.

12 – SEGUROS

A entidade mantém seguro para cobertura de incêndio, explosão, danos elétricos, subtração de bens, vendaval, impacto de veículos, queda de aeronaves e de responsabilidade civil, junto a Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais, por meio da apólice 0118.4.000.086-3, com vigência até 09 de maio de 2020.

E do veículo Renault Sandero, apólice 0531364117985, com vigência até 02/12/2020.

Os valores das coberturas contratadas e de limites máximos de garantia são compatíveis com o objeto do seguro.

13 – NOTA FISCAL PAULISTA

Conforme identificado no item 6 destas Notas Explicativas, uma das principais fontes de recursos da entidade é proveniente da Nota Fiscal Paulista.

A sistemática inicial da Lei 12.685, de 28 de agosto de 2007, que instituiu o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo, popularmente conhecido como Nota Fiscal Paulista, facultava às entidades de direito privado sem fins lucrativos o cadastramento do documento fiscal doado por consumidor, emitido em razão da aquisição de mercadorias, bens ou serviço de transporte interestadual ou intermunicipal, desde que o consumidor não indicasse o seu CPF. Esta doação era feita majoritariamente por meio do depósito dos cupons em urnas físicas distribuídas no comércio local.



Sob a alegação de coibir fraudes no programa e minimizar custos para as entidades, desde 2015 a Secretaria da Fazenda vem fazendo alterações no programa e por meio das Resoluções 14,15,16,17 e 18/17 (de 09/03/17) alterou a sistemática de doação, utilização de créditos, sorteios e fiscalização. A Resolução SF 18, art 2º, inciso III, § 1º cita: "A doação a que se refere o inciso III deverá ser realizada diretamente pelo consumidor adquirente de mercadorias (...) no site da Nota Fiscal Paulista ou com a utilização de aplicativo para dispositivos móveis disponibilizados pela Secretaria da Fazenda, utilizando-se de seu usuário e senha de acesso;".

Esta mudança radical, adotada em período curtíssimo de adequação, impôs às entidades perdas significativas de recursos advindos desta fonte. Por meio de uma intensa mobilização, na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), as entidades conseguiram em 27/12/17 a aprovação unânime do Projeto de Lei 718, que estabelecia a manutenção das urnas e o cadastramento de cupons sem CPF concomitante ao cadastramento via aplicativo.

Em 10/12/18 foi publicado o Decreto 63.912, que alterou até 31/12/19 "o prazo para que as entidades de direito privado sem fins lucrativos possam cadastrar, no site da Nota Fiscal Paulista, documentos fiscais sem indicação do CNPJ ou do CPF do consumidor". Mesmo em face a esta autorização, a AME segue estruturando ações para repor as perdas de arrecadação, a fim de manter a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

14 – PROJETOS EM EXECUÇÃO 2019/2020

Durante o exercício dois projetos foram aprovados e tiveram os recursos creditados em contas correntes BB AME, terão execução do objeto iniciado em 2019 e serão finalizados em 2020, a saber:

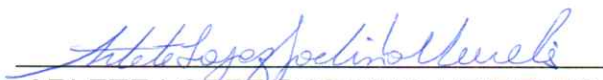
- Convênio N° 01.042.10.19 JUSTIÇA FEDERAL, acompanhada da CENTRAL DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS DA 1ª DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO (valor R\$ 42.514,50) Projeto "Meu Ateliê: Espaço criativo de artes integradas".

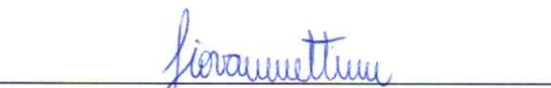
Assinatura
14 *Assinatura*

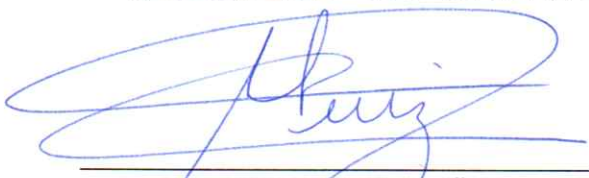


- Processo 404/2019 Termo de Fomento com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (valor R\$ 148.860,00) Projeto "Quem conta um conto, aumenta um sonho".

São Paulo, 31 de dezembro de 2019.


ARLETE LOPEZ GODINHO MEIRELES
PRESIDENTE - CPF 671.482.128-04


PATRÍCIA GIOVANNETTI MOTTA
TESOUREIRA - CPF 187.121.138-75


ADILSON LUIZÃO
CRC 1SP138349/O-1 - CPF 073.752.568-10